

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

EXERCÍCIO 2002

**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
C.N.P.J.: 17.186.370/0001-68**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais- CASEMG, submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, sobre os quais tecemos as seguintes considerações:

As receitas operacionais tiveram um comportamento mais satisfatório em relação ao ano de 2001, em consequência da melhor safra agrícola de grãos do Estado e da expectativa da elevação dos preços de comercialização no 2º semestre, o que propiciou um alongamento do período de armazenagem do grão, notadamente milho.

O crescimento das receitas operacionais propiciou a continuidade e pontualidade nos pagamentos das dívidas negociadas com fornecedores, órgãos públicos, prefeituras e do parcelamento REFIS, possibilitando, inclusive, postergar para o final do exercício o recebimento das parcelas mensais do BNDESPAR oriundas do contrato de vendas de ações da GERASUL, recebidas da União quando do aumento do Capital Social da CASEMG.

A regularização dos bens patrimoniais e o aprimoramento dos registros do ativo imobilizado constituíram-se em atividades primordiais para a Companhia em função da evolução do processo de sua privatização, cujos trabalhos, coordenados pelo BNDES, iniciaram em maio, através de empresas contratadas para essa finalidade.

No que diz respeito ao contencioso trabalhista, embora um número significativo de demandas ainda esteja em andamento, deve-se registrar que vários acordos foram celebrados e liquidados, e quanto aos restantes registramos que as parcelas devidas estão sendo quitadas dentro do período pactuado. Outra providência tomada foi a contratação de perícia técnica para adequação de reserva de contingência, visando amparar financeiramente o contencioso trabalhista, contemplada, portanto em nosso balanço de 2002.

Quanto à manutenção e modernização do ativo imobilizado, a CASEMG tem buscado aprimorar suas ações através da criatividade e interação entre suas áreas profissionais na busca de um atendimento de qualidade a clientes institucionais e produtores privados.

As mudanças administrativas implantadas e em implantação já consolidam uma política de total transparência dos métodos de trabalho desenvolvidos, assim como o controle dos custos dos serviços, possibilitam-nos atender demandas de unidades armazenadoras com capacidade de aumentar receitas, o que tem refletido no alongamento da vida útil do patrimônio físico da Companhia, bem como possibilitando a alavancagem de receitas operacionais.

No exercício que se encerra, a CASEMG sofreu Ação Fiscal do INSS contemplando o período de 1992 a 2000, e, que após pagamento dos débitos levantados foi emitido o TEAF – Termo de Encerramento da Ação Fiscal do período fiscalizado.

Durante todo o período contamos com o valioso subsídio de Auditoria Independente, de tal forma que o balanço, ora apresentado ao mercado, reflete, efetivamente, o perfil da empresa, enriquecido pelas sugestões colhidas ao longo do ano e amplamente dissecadas com os nossos Conselhos de Administração e Fiscal, a exemplo do reforço para as Provisões de Contingências, lastreado por trabalho técnico pericial de renomado profissional da área trabalhista.

Em decorrência dessa interação, acreditamos que o trabalho de saneamento do passivo, sem perder de vista os aspectos de competitividade no mercado em que nossa empresa se encontra inserida, apresenta notável evolução com relação às condições nas quais recebemos o comando da CASEMG, em 26.05.2000, em que pese à elevação de seu prejuízo contábil.

A atual Diretoria Executiva sente-se, portanto, bastante confortável no que tange à missão que lhe foi confiada, acreditando deixar para as administrações que nos sucederem, um valioso ponto de partida, agora fincado solidamente, através do qual a recuperação gradual e auto sustentável, cujo empreendimento iniciamos, possa gerar frutos em um futuro que se avizinha.

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e acionistas a confiança e o apoio recebidos.

Nosso profundo reconhecimento aos nossos colaboradores que, com seu comprometimento e esforço, viabilizaram o bom desempenho da Companhia, no que concerne ao saneamento do passivo.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2002 E 31/12/2001
(EM REAIS)

ATIVO

ATIVO	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>
CIRCULANTE	<u>1.737.116</u>	<u>5.838.060</u>
Disponibilidades	745.239	245.120
Contas a Receber Líquidas	459.167	454.512
Adiantamentos	27.871	36.852
Créditos e Valores	354.082	5.249.153
(-) Provisão para Créditos de Liq.Duvidosa	-	(281.327)
Estoque	34.499	45.732
Despesas Antecipadas	116.258	88.018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>4.846.841</u>	<u>3.892.453</u>
Créditos e Valores	3.963.338	3.724.057
Despesas Antecipadas	80.210	168.396
Cobranças Judiciais	1.084.620	-
(-) Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa	(281.327)	-
PERMANENTE	<u>47.603.921</u>	<u>56.467.888</u>
Imobilizado	151.793.125	152.135.959
(-) Depreciações Acumuladas	(104.189.204)	(95.668.071)
TOTAL DO ATIVO	<u>54.187.878</u>	<u>66.198.401</u>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2002 E 31/12/2001
(EM REAIS)

PASSIVO

PASSIVO	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>
CIRCULANTE	<u>3.987.406</u>	<u>3.346.117</u>
Fornecedores	307.233	311.681
Obrigações Fiscais	593.203	320.768
Salários e Contrib. Previdenciárias	832.208	782.723
Obrigações a Terceiros	1.260.960	1.443.498
Provisão para Contingências	822.592	487.447
Acordos Trabalhistas	171.210	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>17.701.189</u>	<u>15.975.530</u>
Provisão para Contingências	10.474.337	8.070.325
Obrigações a Longo Prazo	7.226.852	7.905.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>32.499.283</u>	<u>46.876.754</u>
Capital Social	159.176.620	159.176.620
Prejuízo Acumulado	(112.787.936)	(102.852.390)
Prejuízo do Exercício	(13.889.401)	(9.447.476)
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>54.187.878</u></u>	<u><u>66.198.401</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(EM REAIS)

	<u>31/12/2002</u>	<u>31/12/2001</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.038.262	9.171.194
Armazenagem e Serviços	11.038.262	9.171.194
Deduções da Receita	(757.478)	(587.124)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>10.280.784</u>	<u>8.584.070</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	(16.134.330)	(15.868.351)
Custos dos Serviços Prestados	(7.072.825)	(6.611.068)
Depreciação	(9.061.505)	(9.257.283)
PREJUÍZO BRUTO	<u>(5.853.546)</u>	<u>(7.284.281)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(7.949.545)	(3.931.698)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.903.627)	(4.109.881)
Outras Receitas(Despesas) Operacionais Líquidas	567.985	665.471
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(3.431.587)	(344.132)
Variação Monetária Ativa (Passiva)	(182.316)	(143.156)
PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(13.803.091)</u>	<u>(11.215.979)</u>
Receita (Despesa) não Operacional	(86.310)	1.768.503
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(13.889.401)</u>	<u>(9.447.476)</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2001

	CAPITAL SOCIAL	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31/12/00	154.676.620	(104.116.037)	50.560.583
Aumento de Capital Integralizado conforme AGE de 07/12/01	4.500.000		4.500.000
Ajustes de Exercícios Anteriores conf. Nota Explicativa nº12		1.263.647	1.263.647
Prejuízo do Exercício		(9.447.476)	(9.447.476)
Saldos em 31/12/01	159.176.620	(112.299.866)	46.876.754
Ajustes de Exercícios Anteriores conf. Nota Explicativa nº13		(488.070)	(488.070)
Prejuízo do Exercício		(13.889.401)	(13.889.401)
Saldos em 31/12/02	159.176.620	(126.677.337)	32.499.283

DEMONSTRAÇÕES DA ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(EM REAIS)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ORIGEM DE RECURSOS		
Dos Acionistas		
Aumento de Capital	-	4.500.000
Das Operações		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.263.647
De Terceiros		
Aumento do ELP	-	991.285
Alienação do Investimento	-	2.509
Alienação do Imobilizado	220.705	1.730.122
Total das Origens	<u>220.705</u>	<u>8.487.563</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Das Operações		
Prejuízo Acumulado	13.889.401	9.447.476
Ajustes de Exercício anteriores	488.071	-
Ajustes ao Resultado		
Depreciação	(9.061.505)	(9.257.283)
Variação Monetária Ativa	207.059	127.146
Variação Monetária Passiva	(3.615.123)	(944.994)
Provisão - ELP	(219.576)	-
	<u>1.688.327</u>	<u>(627.655)</u>
Aumento do RLP	747.329	138.282
Adições do Imobilizado	418.244	529.315
Diminuição ELP	156.210	-
Transf. Do ELP p/o Circulante	<u>1.952.828</u>	<u>617.748</u>
Total das Aplicações	<u>4.962.938</u>	<u>657.690</u>
 Aumento/Redução do Capital Circulante Líquido	 <u><u>(4.742.233)</u></u>	 <u><u>7.829.873</u></u>
 Demonstração da Variação do CCL		
Variação do Ativo Circulante	<u>(4.100.944)</u>	<u>3.366.760</u>
Variação do Passivo Circulante	<u>641.289</u>	<u>(4.463.113)</u>
	<u><u>(4.742.233)</u></u>	<u><u>7.829.873</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(EM REAIS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, é uma sociedade por ações constituída por autorização contida na Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, com a finalidade de armazenar e ensilar produtos agrícolas, bem como de exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de Julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 22 Unidades Armazenadoras no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND- Programa Nacional de Desestatização.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contábeis da Lei das Sociedades por Ações nº 6404/76 e nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Descrição das principais práticas contábeis:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO:

O Resultado é apurado pelo regime contábil de competência do Exercício.

b) ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

São demonstrados pelos valores de realizações incluindo, quando aplicáveis, atualizações monetárias e provisões para prováveis perdas. Foram apresentadas no Realizável a Longo Prazo os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.

c) ESTOQUES:

Os estoques de almoxarifado para uso e consumo estão avaliados ao custo médio de aquisição.

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS:

Constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos valores a receber em cobrança judicial.

e) DUPLICATAS VENCIDAS E NÃO LIQUIDADAS:

Estão registradas as duplicatas vencidas até dezembro 2000 em conta retificadora de Duplicatas a Receber (clientes), evidenciando as perdas previstas no recebimento destes créditos.

f) IMOBILIZADO:

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

g) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. As obrigações da CASEMG vencíveis no exercício seguinte foram classificadas no Passivo Circulante e as obrigações com vencimento após o término do exercício seguinte, no Exigível a Longo Prazo.

h) EFEITOS INFLACIONÁRIOS:

As contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido foram atualizadas monetariamente até 31 de dezembro de 1995, quando, pela Lei nº 9249/95, a correção monetária de balanço foi revogada da Legislação Societária Brasileira.

3 - CRÉDITOS E VALORES NO ATIVO CIRCULANTE

O Saldo de R\$ 354.082 está composto como a seguir:

Conta	Valor(R\$)
Aluguéis à receber	33.373
Desapropriação de Imóveis	210.072
INSS à recuperar (a)	107.120
Outros Créditos	3.517
Total	354.082

(a) O INSS a recuperar será compensado na dívida do REFIS.

4 - DESPESAS ANTECIPADAS

Encontra-se registrado o saldo de 22 parcelas dos juros financeiros a apropriar, relativo a Termo de Acordo de Dívida parcelada em 48 meses, equivalente a 10% ao ano de juros, além dos Prêmios de Seguros, Assinaturas e Anuidades à apropriar.

5 - CRÉDITOS E VALORES NO REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

O saldo desta conta, no valor de R\$ 3.963.338 é composto pelos valores registrados de IRRF/PJ a recuperar, já com processo de pedido de compensação com parcela de Cofins a recolher; Empréstimo Compulsório Eletrobrás; a desapropriação de imóveis a receber, parte dessa ainda "sub.judice", em montante estimado de R\$ 1.711.317; os depósitos judiciais que representam valores alusivos à reclamatória, quer sejam recursais ou oriundos de autos de penhora em processos trabalhistas.

Conta	Valor (R\$)
IRRF PJ a recuperar	38.442
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	14.368
Desapropriação de Imóveis	2.125.105
Depósitos Judiciais. E Vlrs. Bloqueados justiça	1.785.423
Total	3.963.338

6 - IMOBILIZADO

	Taxa média depreciação (a.a%)	2002	2001
Edificações	4,0	92.140.089	92.028.324
Máquinas, Equipamentos	10,0	50.491.162	50.909.955
Móveis e Utensílios	10,0	685.373	769.166
Veículos	20,0	322.514	390.753
Armazéns e Silos	4,0	7.256.234	7.226.212
Terrenos	-	746.875	747.675
Obras em andamento	-	118.208	31.554
Direitos de propriedade	-	32.670	32.320
Depreciação Acumulada	-	(104.189.204)	(95.668.071)
Total		47.603.921	56.467.888

Durante o exercício de 2002, houve baixas do imobilizado por força de alienações, além de ajustes do inventário físico, cujo resultado líquido, ganho ou perda de capital, está apresentado no balanço pelo valor de R\$ 86.310.

7 - SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O saldo de R\$ 832.208 inclui a provisão para férias acrescida dos encargos sociais no valor de R\$ 643.794.

8 - OBRIGAÇÕES A TERCEIROS NO PASSIVO CIRCULANTE

O saldo de R\$ 1.260.960 é composto por:

Conta	Valor (R\$)
Aluguéis	16.594
Parcelamento Tributos Municipais	43.395
Parcelamento CEMIG	623.242
Parcelamento CONAB	477.367
Parcelamento Salário Educação	67.614
Contribuição para CSBC	15.452
Outras Obrigações	17.296
Total	1.260.960

9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A empresa com base na opinião de sua Assessoria Jurídica e da Consultoria Independente, contratada neste exercício, aumentou a provisão para contingências, registrada no Passivo Circulante, atingindo o montante de R\$ 822.590 e no Exigível à Longo Prazo o montante de R\$ 10.474.337, para fazer face as eventuais perdas futuras estando incluídas as ações resultantes do dissídio coletivo de 1991.

Em 2002 foram feitos vários Acordos Trabalhistas, onde foram liquidados R\$ 659.189 e já foram negociados e parcelados valores para o próximo exercício no valor de R\$ 171.210 registrado no Passivo Circulante.

10 - OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO NO EXIGÍVEL

O saldo de R\$ 7.226.852 é composto por :

Conta	Valor (R\$)
REFIS	5.282.240
Parcelamento Salário Educação	129.594
Parcelamento CEMIG	740.941
Parcelamento CONAB	1.074.077
Total	7.226.852

11 - DÍVIDA COM INSS

Em 2002 foram quitados débitos com INSS relativos ao período de 1992 a 2000, levantados pela fiscalização, no valor de R\$ 627.053 e também foram pagos Autos de Infração no valor de R\$ 73.748. Em consequência, foi emitido o TEAF- Termo de Encerramento da Ação Fiscal alusivo ao período.

12 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

O saldo de R\$ 567.985 é composto, principalmente pela receita de aluguel de imóveis no valor de R\$ 562.597.

13 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Houve no exercício diversos ajustes devedores na Conta Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 613.982, relativos principalmente as contribuições de INSS de anos anteriores, cujos débitos foram levantados pela fiscalização ; baixa dos valores registrados de Empréstimo Compulsório com Veículos e Combustível no Ativo, por já estar prescrito o prazo legal para ajuizar ação, e ajustes credores, no valor de R\$ 125.912 relativos a reversão de multa e juros sobre dívidas apropriadas em anos anteriores.

14 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

O saldo de R\$ 3.431.587 refere-se as despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras .

Os juros incorridos sobre a provisão para contingências decorrem principalmente da reavaliação das provisões , conforme relatado na Nota Explicativa nº 9.

Despesas Financeiras	3.992.940
Juros pagos ou incorridos: - Juros incorridos s/Provisão p/Contingências = 2.923.532 - Juros incorridos s/Tributos Municipais = 130.918 - Juros incorridos s/Contribuições Federais = 28.375 - Juros Pagos s/Parcelamentos e Outros = 408.624	3.491.449
TJLP sobre REFIS	417.662
Comissões, despesas bancárias e outras	83.829
Receitas Financeiras	561.353
Taxa de Permanência	87.040
TJLP sobre Contrato de Venda de Ações	203.796
Juros e multas	270.517
Total	3.431.587

15 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2002, a Empresa possuía cobertura de seguros contra incêndio , por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

16 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

O valor da maior e menor remuneração dos Administradores da Empresa é R\$ 7.200 e R\$ 6.480 respectivamente e dos Empregados R\$ 3.375 e R\$ 290 respectivamente.

17 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social no valor R\$ 159.176.620, é dividido em 37.807.040.061 ações sem valor nominal.

18 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

O prejuízo do exercício no valor de R\$ 13.889.401, está afetado, principalmente, pela depreciação do exercício no valor de R\$ 9.061.505, e aumento na provisão para contingências registrada no período no valor de R\$ 4.570.377.

DIRETORIA

Eustáquio Wagner Guimarães Gomes

Diretor Presidente, em exercício e
Diretor Financeiro

Ronaldo Pedrosa Gomes
Diretor Técnico Operacional

Mauro Rezende Martins Andrade
Diretor Administrativo

CONTADORA

Vanda Lúcia Batista
CRC- 56.389

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Srs. Diretores da

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

1- Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG levantados em 31 de dezembro de 2002 e 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e, (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2003

Mauri Passig Martins

WALTER HEUER AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - SP 334/O F 6 MG - CGC-61.411.393/0009-78

MAURI PASSIG MARTINS

CONTADOR CRC - RJ 31.381/O T 2 MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL,
DIRETORIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, considerando, ainda, as providências regularizadoras adotadas pela Administração da Companhia, com relação aos itens apontados pelos Órgãos de Controle, pelas Auditorias Interna e Externa e por este Conselho, recomenda sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as referidas demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da empresa.

Brasília-DF, 07 de março de 2003.

CONSELHO FISCAL

RINALDO JUNQUEIRA DE BARROS

• Presidente do Conselho Fiscal

GILSON DUARTE FERREIRA DOS SANTOS

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

LINCOLN PRINCIVALLI DE ALMEIDA CAMPOS

MÁRIO STRACQUADANIO

DIRETORIA

EUSTÁQUIO WAGNER GUIMARÃES GOMES

• Diretor Presidente, em exercício e Diretor Financeiro

RONALDO PEDROSA GOMES

• Diretor Técnico Operacional

MAURO REZENDE MARTINS ANDRADE

• Diretor Administrativo

VANDA LÚCIA BATISTA

CRC- 56.389

• Contadora

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ AMAURI DIMARZIO

• Presidente do Conselho de Administração

EUSTÁQUIO WAGNER GUIMARÃES GOMES

LÚCIO ANTÔNIO MARQUES DOS SANTOS

ÁURIA NEIVA PEREIRA

LUIS CARLOS GUEDES PINTO